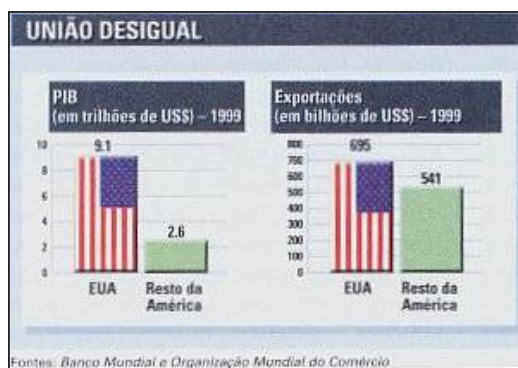


A batalha entre o Mercosul e a Alca



Os Estados Unidos estão com pressa. Com o objetivo de criar rapidamente a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o bloco econômico que envolveria todos os países do continente (exceto Cuba, considerado um país não-democrático), o governo norte-americano fez aprovar, em agosto de 2002, uma lei poderosa: o Trade Promotion Authority (TPA), que dá prerrogativas especiais ao presidente para firmar acordos

comerciais. Com isso, espera rebater as objeções de outros países, que temem fechar tratados que o Congresso norte-americano poderia futuramente desfigurar.

Mas o TPA não elimina a preocupação da maior economia latinoamericana, a brasileira: embarcar num acordo de integração em que as partes possuem influência altamente desigual. Ao contrário da União Européia (UE), cuja formação se apoiou em Estados de nível econômico semelhante, a Alca já foi comparada à sociedade entre o lobo e um rebanho de cordeiros. Tanto mais quando o organismo que poderia dar força aos países latinos, o Mercosul, se encontra em profunda crise.

IMPASSE NO SUL

O Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, foi assinado, em 1991, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Quatro anos depois, a instalação da área de livre comércio isentou de tarifas de importação 90% das mercadorias fabricadas nos países membros. Além disso, para boa parte das importações de países de fora do bloco seriam definidas tarifas externas comuns. Resultado: o comércio entre os quatro saltou de 4 bilhões de dólares em 1990 para 20 bilhões em 1998, desempenho recorde do intercâmbio entre os países do bloco. A maior parte das trocas comerciais (75%) envolve Brasil e Argentina.

Não foi apenas o comércio que cresceu entre os quatro países. Os investimentos, especialmente das empresas multinacionais explodiram. Isso porque agora se tornava possível a uma empresa montar uma planta na Argentina e exportar para o Brasil sem custos adicionais. Enquanto em 1991 o investimento de empresas multinacionais no Mercosul era de 2,6 bilhões, em 1998 esse montante já superava os 30 bilhões de dólares. Com a desvalorização do real, em 1999, o grupo entrou em crise. Temendo uma invasão de produtos brasileiros, os que haviam ficado mais baratos no mercado externo, a Argentina passou a erguer barreiras comerciais, o que minou o próprio fundamento do bloco. O comércio regional regrediu então ao patamar de 15 bilhões de dólares. Em 2001, o mercado argentino contraiu-se brutalmente, em meio ao colapso econômico. E isso afetou as exportações dos demais integrantes do bloco. Na seqüência, enquanto o Paraguai se enredava em dificuldades políticas, a economia uruguaia e a brasileira viveram as próprias turbulências financeiras, o que provocou a queda de metas de crescimento.

A PRESSÃO DO NORTE

Com a estagnação do Mercosul, a pressão dos EUA pela criação da Alca ficou mais forte. Dona de um déficit comercial de 450 bilhões de dólares, a superpotência possui enorme interesse na formação desse megabloco. Vale lembrar que a América Latina é a única região econômica do mundo com a qual os EUA mantêm superávit em sua balança comercial.

Se aprovada pelos 34 países, a meta da Alca é reduzir gradualmente, a partir de 2006, as barreiras comerciais até alcançar a "tarifa 0" (isenção de impostos de importação para todas as mercadorias). Na prática, a criação da Alca significa abortar os projetos de expansão do Mercosul, estendendo o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) bloco que hoje reúne EUA, Canadá e México para o restante das Américas.

A OPOSIÇÃO BRASILEIRA

Na América Latina, o Brasil apresenta-se como o país mais reticente em relação aos benefícios gerados pela Alca.

Atualmente, o comércio brasileiro é bem distribuído por todas as regiões do mundo — 24% das exportações vão para a União Européia, 24% para os EUA, 24% para a América Latina, 12% para a Ásia e 16% para os demais países. Não haveria, por isso, razão para privilegiar o comércio com apenas um bloco, em detrimento dos demais.

Ao lado disso, o que se vê pela frente é um cenário no qual produtos norte-americanos inundariam o mercado brasileiro sem a mesma contrapartida. Isso porque, enquanto defendem a chamada "tarifa 0", os Estados Unidos já demonstraram que sabem socorrer-se de outros mecanismos para barrar a entrada de bens estrangeiros, especialmente quando esses são mais competitivos em relação aos similares nacionais.

Essas medidas protecionistas não-tarifárias incluem embargos sanitários, leis anti-dumping (dumping é a conquista de um mercado com produtos a preço de custo ou até inferiores) e subsídios à produção. Em 2002, Washington aprovou uma polémica lei que destinará cerca de 40 bilhões de dólares em incentivos aos agricultores locais nos próximos dez anos. O programa tornará seus gêneros agrícolas extremamente competitivos, ainda que de forma artificial. Sem barreiras tarifárias, ficaria, por exemplo, muito mais barato para os consumidores brasileiros adquirir arroz norte-americano, em vez do nacional.

Na frente oposta, nações como Chile, Peru e Colômbia enxergam na Alca a oportunidade para ampliar suas exportações e atrair investimentos externos, à semelhança do que já ocorreu com o México no âmbito do Nafta. A estratégia depende, entretanto, da real disposição dos EUA em abrir seu mercado aos vizinhos do sul. Ao mesmo tempo, o desempenho dessas economias ficaria ainda mais dependente do que ocorre nos Estados Unidos. O México, por exemplo, está em recessão desde 2001, por causa da desaceleração sofrida pelo "gigante do norte".

A diplomacia brasileira vem adorando duas estratégias, não-excludentes, com o objetivo de fortalecer o país nas negociações para a formação da Alca. Uma é a de ampliar o Mercosul, por meio do ingresso dos países da Comunidade Andina das Nações (CAN). Com o eventual sucesso desse projeto, seria criada a Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa). Paralelamente, o Brasil investe na criação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE) antes de 2006. Se isso vier a ocorrer, o Mercosul talvez possa ter mais cacife para exigir uma parceria econômica menos assimétrica com os EUA.



